

Acordo define 3 de outubro de 89 para a eleição do novo presidente

FOLHA DE SÃO PAULO

ANC PB

20 AGO 1988

Da Sucursal de Brasília

O sucessor do presidente José Sarney será eleito no dia 3 de outubro de 1989, numa votação que poderá ser repetida 30 dias depois com a participação dos dois candidatos mais votados, se nenhum dos postulantes ao cargo alcançar maioria absoluta (50% mais um).

Um acordo firmado entre as lideranças partidárias no Congresso constituinte decidiu aceitar uma emenda destacada pelo deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) que determina o dia 1º de janeiro como a data da posse para os eleitos aos



cargos de presidente, governadores e prefeitos. As eleições devem ser realizadas 90 dias antes.

Essa é uma das emendas que ficaram pendentes depois das últimas votações ocorridas ao longo da semana. Outro artigo que ainda não foi votado é o que define os dois turnos nas eleições municipais deste ano. Ainda não houve acordo entre as lideranças sobre o assunto, que vai à votação se não houver um entendimento na reunião que os líderes farão na segunda-feira, a partir das 9h. Também não houve acordo ainda sobre o dispositivo que regulamenta a inelegibilidade dos parentes do presidente da República, dos governadores e prefeitos.

Os líderes decidiram aprovar um destaque do deputado Ruy Nedel (PMDB-RS), que delega às Câmaras Municipais a competência para fixar

a remuneração do prefeito, do vice-prefeito e dos vereadores da administração posterior, dentro dos limites impostos pela Constituição estadual e "sujeita aos impostos gerais", inclusive o de renda e os extraordinários.

Outro acordo firmado entre as lideranças partidárias diz respeito a uma emenda do deputado Ervin Bonkoski (PTB-PR), que garante a "cooperação das associações representativas" no planejamento municipal. A emenda supressiva deverá ser aprovada, eliminando a limitação desse direito às associações de bairros. Ficou livre a votação da emenda do vice-líder do PT, o deputado Plínio de Arruda Sampaio (SP) que suprime a obrigação de um quórum mínimo de 5% do eleitorado para a apresentação de projetos de lei por iniciativa popular.

Editoria de Arte

PFL agora já quer 'conversar' com lideranças

Da Sucursal de Brasília

O PFL voltou ontem à mesa de negociações dos líderes partidários na Constituinte "apenas para conversar, por enquanto, sem compromisso", segundo o vice-líder José Lins (PFL-CE). Ele manteve um encontro reservado com o líder peemedebista Nelson Jobim (RS) à tarde, para "buscar fórmulas de entendimento para apressar as votações e aperfeiçoar o texto da nova Carta", disse Lins.

Ele vai reunir cerca de 25 pontos que o PFL deseja ver atendidos nas negociações. "Depende mais da evolução das votações do que de questões fechadas para o PFL", disse Lins, que não classificou de "essencial" a supressão dos dois turnos nas eleições municipais deste ano.

Congresso quer agilizar votações a partir de terça

Da Sucursal de Brasília

A liderança do PMDB na Câmara conta com a presença de pelo menos 189 dos 202 deputados do partido no "esforço concentrado" convocado pelo presidente do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães (PMDB-SP). Planejado para apressar a votação do projeto constitucional, o esquema prevê votações de manhã à noite a partir de terça-feira, com sessões previstas também para sexta-feira (26), sábado (27) e domingo (28).

Segundo a liderança peemedebista, o deputado Ibsen Pinheiro (RS) telefonou para todos os deputados para obter as confirmações. Para o deputado Luis Roberto Ponte (PMDB-RS), essas sessões extras terão um quórum muito baixo, o que inviabilizaria votações polêmicas.

Sem-Terra - A sede regional do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra em Imperatriz (MA) foi invadida ontem por 40 policiais federais, civis e militares. Os sem-terra divulgaram nota afirmando que os policiais prenderam o funcionário Edvaldo Ferreira da Silva e mais seis trabalhadores rurais.

CPT - A Comissão Pastoral da Terra (CPT) divulgou ontem em Goiânia (GO) um telegrama que enviou ao presidente José Sarney. No telegrama, a CPT protesta contra a invasão da sede do Movimento dos Sem-Terra em Imperatriz (MA) e contra o despejo de lavradores em São Sebastião do Tocantins (GO).

O 2º TURNO DE VOTAÇÕES NO CONGRESSO CONSTITUINTE

Já aprovou os seguintes temas:

Preâmbulo

Proteção de Deus à Constituinte

Título I — Dos Princípios Fundamentais

A República Federativa do Brasil é um Estado Democrático de Direito

Visa à formação de uma sociedade justa, aberta e solidária

Condenação dos preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou outros

Busca da integração da América Latina

Título II — Dos Direitos e Garantias Fundamentais

Direito à vida, liberdade, segurança e propriedade

Racismo é crime inafiançável

Livre manifestação do pensamento

Tortura, tráfico de drogas e terrorismo são crimes inafiançáveis e não podem ser anistiados

Inviolabilidade das comunicações

Não haverá pena de morte ou prisão perpétua

Habeas-corpus e habeas-data

Mandado de injunção e ação popular

Proteção contra demissão imotivada

Jornada semanal de trabalho de 44 horas

Licença-maternidade de 120 dias e licença-paternidade de cinco dias

Pagamento adicional de 50% para hora extra

Organização sindical e liberdade de greve

Nacionalidade

Voto facultativo aos 16 anos

Organização dos partidos políticos

Título III — Da Organização do Estado

Bens e deveres da União

Organização administrativa de Estados e municípios

Organização do serviço público

Ainda não votou

Título IV — Da Organização dos Poderes e do Sistema de Governo

Atribuições do Congresso Nacional

Sistema de governo

Defesa nacional

Poder Judiciário (STF, magistratura, Justiça Militar, Superior Tribunal de Justiça, etc.)

Ministério Público

Título V — Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas

Estado de defesa e de sítio

Papel constitucional das Forças Armadas

Título VI — Da Tributação e do Orçamento

Reforma tributária

Orçamento da União

Título VII — Da Ordem Econômica e Financeira

Conceito de empresa nacional

Intervenção do Estado na economia

Recursos minerais e hídricos

Reforma agrária

Sistema financeiro

Título VIII — Da Ordem Social

Saúde

Previdência, assistência e seguridade social

Educação

Cultura

Esportes

Ciência e tecnologia

Comunicação

Meio ambiente

Índios

Das Disposições Gerais e Transitórias

Mandato do presidente Sarney

Anistia a militares cassados

Criação do Estado de Tocantins